



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — **JOAQUIM CARDOSO**

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Taltaba — Lisboa • Telefone 5339
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

A QUESTÃO DO INQUILINATO

Dizem-nos da Arcada que o ministro da justiça, que tenciona tratar no parlamento da questão do inquilinato, tem recebido, quasi diariamente, representações de senhores inquilinos, principalmente do Porto.

Não fomos as representações que o ministro da justiça tem recebido, mas não é por isso que adivinhemos que os senhores reclamam a possibilidade de explorarem mais o inquilinato, e afirmar que a reclamação dos inquilinos consiste em que não seja permitido aos senhores rouba-los ainda mais.

Precisamente hoje, às 21 horas, e a convite da *Fraternal dos Inquilinos*, deverá efectuar-se, no Porto, na sede da Associação do Classe dos Operários Pedreiros Portugueses, sita à travessa das Almas, 36, 1.º, uma reunião de todos os inquilinos daquela cidade a fim de reforçar mais uma vez a petição que enviou ao governo e ao parlamento para que na projectada reforma da lei do inquilinato sejam inseridas certas disposições indispensáveis para salvaguardar os seus interesses, e que constam da proposta da comissão nomeada na reunião dos inquilinos que a 9 do p.º mês de Junho se realizou na Associação de Classe dos Operários Pedreiros Portugueses, para conjuntamente com a direcção da *Fraternal dos Inquilinos* fazer a coordenação dos diferentes alvites e propostas aprovadas para a defesa dos interesses do inquilinato.

Eis as reclamações nessa proposta formuladas:

1.º Para que se enviem telegramas ao Presidente da República, ao governo, e outras personalidades em destaque no actual regime, entre elas os presidentes das duas casas do parlamento, pedindo-lhes que, a fazer-se a projectada reforma da lei do inquilinato seja incluída nela a doutrina da disposição contida na lei de 17 de Abril de 1919, a que se refere o artigo 106.º, assim como sejam incluídos os alvites contidos nesta proposta;

2.º Que se envie uma cópia desta proposta às entidades acima mencionadas, à U. S. O., à C. G. T. e a toda a imprensa do país;

3.º Que a U. S. O. de acordo com a União dos inquilinos e com a C. G. T., promova uma ininterrupta agitação em todas as populações do país, no sentido de conseguir do Estado e dos municípios a construção de habitações económicas, nas quais sejam estabelecidos os alugueiros de forma que não excedam 10 p. c. sobre o capital nelas empregado, sendo 6 p. c. para rendimento do capital e 4 p. c. para obras e decimas, e que nos prédios rústicos o aluguer seja de 6 p. c. do valor desses prédios;

4.º Que não seja permitido aos senhores elevarem de aluguer mais do que 10 p. c. do valor primitivo da propriedade, sendo estabelecidos os mesmos 6 p. c. para rendimento do capital e os 4 p. c. para obras e decimas, e que nos prédios rústicos o aluguer seja de 6 p. c. do valor desses prédios;

5.º Que quando o senhorio se recuse a fazer obras que se tornem necessárias, o inquilino poder mandá-las fazer e descontar nos alugueiros a importância que gastar, bastando para isso apresentar ao senhorio os recibos da importância que pagou;

6.º Criação dum tribunal especial nas sedes dos respectivos distritos para julgamentos das questões suscitadas entre inquilinos e proprietários, devendo os serviços desses tribunais serem gratuitos para os pobres;

7.º Não ser permitido que os senhores exijam aos inquilinos o mês de caução, bastando que exijam o pagamento do mês adiantadamente, e que nas casas arrendadas ao mês, o respectivo recibo sirva de arrendamento;

8.º Que os senhores sejam obrigados a ir ou mandar cobrar os alugueiros a casa dos inquilinos até ao dia 5 de cada mês e quando o não façam irão os inquilinos depositá-los na Caixa Geral dos Depósitos por intermédio da sua Associação;

9.º Quando o senhorio queira fazer obras na casa do caseiro de certa importância que o inquilino não possa sofrer, essas obras só poderão principiar quando a Câmara Municipal as tenha autorizado, e quando o inquilino tenha arranjado casa para viver, e logo que elas terminem não poderá o prédio ser alugado a outro inquilino, salvo se o que lá vivia desistir de voltar para lá;

10.º Que o senhorio não possa despedir o inquilino senão por falta de pagamento e quando essa falta de pagamento se justificar por motivos de doença, prisão ou falta de trabalho, deverá a assistência pública fazer esse pagamento, ficando assim, o inquilino pobre sem recursos, sendo considerado como um inquilino pago em dia;

11.º Que seja julgada sem efeito qualquer acção de despejo promovida

por falta de pagamento desde que o inquilino declare no acto de ele se iniciar que paga a sua dívida ao proprietário e as despesas a que a acção deu causa;

12.º Que seja criado um pesado imposto que pesará sobre os proprietários dos terrenos incultos a fim de os instigar a cultivar esses terrenos ou a construir casas, para assim se obter o máximo desenvolvimento da produção agrícola no continente, assim como facilitar os meios para a construção de prédios destinados à habitação do operariado e das classes médias, desastreadas da fortuna;

13.º Que não seja permitido a nenhum inquilino sobre-alugar qualquer dependência da casa que habita por preço superior ao que proporcionalmente lhe couber e que os inquilinos que habitem qualquer casa nestas condições, sejam concedidos todos os direitos e regalias iguais às que são concedidas aos que directamente as aluguem aos senhores;

14.º A criação de comissões especiais e concelhias, muito especialmente nos grandes centros, onde estejam representados o governo, as câmaras municipais, os proprietários, os inquilinos e a autoridade judicial ou jurídica, com igual número de membros, a qual terá por fim:

a) Fazer um inquérito às matrizes e valores das propriedades, inquérito esse que deve ir até ao confronto do aluguer que acusa o respectivo recibo com o valor da respectiva propriedade, para dessa forma fazer entrar nos cofres do Estado os impostos que lhe cabiam e lhe são sonegados;

b) Alugar as casas que vão ficando vagas nas condições expressas nos números 3.º e 4.º, proibindo-se aos senhores e sublocatários essa missão;

c) Velar pela higiene das habitações e mandar fazer as obras que os senhores se recusam a fazer;

d) Fazer uma relação dos inquilinos que tenham necessidade de casa para habitação para lhe ser cedida por sua ordem, tendo-se em vista que os prédios das cidades sejam cedidos em primeiro lugar a aqueles inquilinos que provierem dentro delas das suas ocupações profissionais;

e) Velar pelo cumprimento das disposições das leis do inquilinato, promovendo acção judicial contra os transgressores sem prejudicar a acção que a *Fraternal dos Inquilinos* ou outra associação do inquilinato possa promover pelo mesmo motivo.

Julgamos, como a associação dos inquilinos do norte, que estas medidas são indispensáveis para garantia do abrigo, portas a dentro, dum casa a que todos os indivíduos tem incontestável direito. Por isso damos às reclamações acima transcritas o nosso mais incondicional apoio, e incitamos todos os inquilinos da capital e do país a que se unam para a defesa dos seus direitos.

Que o inquilinato do país se erga, firme e decidido, a exigir do governo que, a fazer-se a projectada reforma à lei do inquilinato de 14 de Abril de 1919, nela fique consignadas as garantias reclamadas pela associação dos inquilinos do norte e que nós perifilhamos absolutamente.

C. G. T.

Nota do Comité

Reuniram-se ontem o Comité Confederal que tratou de vários assuntos pendentes, resolvendo por fim convocar o Conselho Confederal a reunir amanhã, quinta-feira, pelas 21 horas, com a presença de delegados directos da Federação dos Trabalhadores Rurais e da U. S. O. de Évora, para apreciar e resolver sobre a atitude de um ex-delegado deste último organismo ao Conselho, numa reunião pública efectuada há dias naquela cidade.

CONFERÊNCIAS

«A pureza»

Em virtude dum caso de força maior, o dr. sr. Faria de Vasconcelos não pôde efectuar a anunciada conferência sobre *A pureza*, da série «Problemas e questões morais da nossa época», na IV Secção da Universidade Popular, instalada na Associação dos Fabricantes de Armas.

Oportunamente será anunciado o dia desta conferência.

No Rio de Janeiro

Efectivada uma velha aspiração dos trabalhadores de jornais

Segundo telegramas ontem recebidos em Lisboa, iniciou-se no domingo, no Rio de Janeiro, o descanso colectivo semanal dos trabalhadores de jornais, em conformidade com a lei recentemente aprovada no parlamento brasileiro.

No Teatro de S. Bento

Gâmara dos deputados

A montanha pariu um rato

Para a sessão de ontem estavam marcadas as interações de dois deputados ao ministro da guerra sobre castigos aplicados aos oficiais milicianos que se recusaram a fazer exames na Escola de Guerra, e esperava-se que, sendo posto em cheque o ministro, o governo, com a maioria dividida pela demissão do sr. António Granjo de ministro do comércio, caíra. Como cheirasse a escândalo, as galerias encheram-se e os deputados madrugaram. Afinal muitos discursos (nada menos de 14 deputados discursaram), muita guerra, muito patriotismo, muita política e, por último, a aprovação de uma moção de confiança ao governo.

Palavras, palavras, palavras e a respeito de ideias apenas estas:

Do sr. Pinto da Fonseca: «O militar existe para fazer a guerra e não para a paz».

Do sr. António Maria da Silva: «Uma coisa é a justiça e outra o direito jurídico escrito».

E foi a única coisa aproveitável que ali se disse.

Tribunal de Defesa Social

Realiza-se hoje o julgamento de António Nunes Canha

No Tribunal de Defesa Social, realiza-se hoje, pelas 12 horas, o julgamento do camarada António Nunes Canha, que há cerca de ano e meio se encontra preso, tendo andado o seu processo a passar de tribunal em tribunal, sem que ninguém o quizesse aceitar — de tal forma ele é injusto.

Os preparativos militares da România

BUCAREST, 29 de Julho. — O «Monitor Oficial» publica um decreto do governo convocando todos os oficiais de reserva para as manobras que terão lugar no outono. São igualmente convocadas as classes reservistas e os antigos prisioneiros de guerra. Chegam diariamente comboios transportando municiões da França. — (Rosta Wien).

NO EXTREMO ORIENTE

Protesto dos sindicatos de Vladivostok

MOSCÓVIA, 3 de Agosto. — Dizem de Vladivostok que em sessão plenária as federações sindicais protestaram contra a política do Japão no Extremo Oriente russo, declarando reconhecer como único governo legítimo o da república do Extremo Oriente de Tchita. — (Rosta Wien).

PELA LIBERDADE CONTRA A DITADURA

Quem é o «bandido» Macno

Algumas notas da vida deste revolucionário e do papel revolucionário do seu exército

Continuando a «Rosta-Wien» a transmitir-nos notícias sobre a derrota do «bandido» Macno e dos seus seguidores, achamos conveniente traduzir, a título de informação, alguns dados publicados pelo «Journal du Peuple», de Paris, sobre a vida deste revolucionário da Ucrânia.

«Vamos provar — diz o referido jornal — por meio de documentos o papel revolucionário do exército de Macno, o primeiro exército anarquista que há a mencionar na história das revoluções».

Nestor Macno, simples aldeão, de 30 anos de idade, tomou parte como anarquista terrorista na luta revolucionária de 1907. Tendo morto um polícia na sua aldeia (Gulaia Pola, perto de Eka-terinos-law), foi preso, julgado e condenado a morte, mas, atendendo-se à sua pouca idade (dezoito anos), foi a pena comutada em trabalhos forçados por toda a vida.

Libertado por ocasião da revolução de 1917, voltou para a sua aldeia, participando nas organizações locais.

No princípio de 1918, instalou-se a reacção na Ucrânia: os alemães e o «hetman» Skoropadsky reinavam no país. Os camponeses, os operários e os revolucionários foram perseguidos e aniquilados em massa.

Macno e seis camaradas organizaram o grupo iniciador da luta à mão armada contra as tropas estrangeiras e a polícia do «hetman». Os seus primeiros sucessos fizeram aumentar o número dos partidários e o pequeno grupo dos «Sete» tornou-se rapidamente um regimento de muitos milhares de homens, que chegou a libertar a Ucrânia do «hetman» Skoropadsky e dos estrangeiros.

A luta recomeçou depois contra Petliura. Em fins de 1918, Macno dirigia já um exército inteiro de voluntários. Vencido Petliura, instalaram-se os bolchevistas na Ucrânia. Como anarquista, Macno marcha não com eles, mas independentemente. Depois de ter morto por sua própria mão, Grigoriev, um general rebelde, passou a fazer frente

ECOS DE COIMBRA

O LEILÃO AMEAL

O que o aquarelista sr. Alberto Sousa nos disse acerca do desenvolvimento do bom gosto em Portugal

O sr. Alberto Sousa, aquarelista, que da *Batalha* tem recebido as melhores referências, encontrou-se ontem conosco à mesa dum café — onde quasi toda a gente se encontra.

O apreciado artista chegara de Coimbra e fatalmente a conversa incidiu sobre aquela terra e gente daquela terra. Falámos dos conhecidos e dos desconhecidos. Fausto Gonçalves, o tímido poeta da cor; Mário Reis, o tímido cronista dum gazeta; Carlos Lobo, sempre modesto no seu quasi impressionismo; Alves Barata, o estudante *blagueur* que se dispersa em troças e anedotas, às quais empresta todo o seu exagêro de meridional, perpassaram levemente na nossa conversa hesitante a comêço, como que a procurar um ponto de apoio seguro e inabalável.

Mestre António Augusto Gonçalves — A sua dedicação pelo operariado — A sua obra grandiosa

E, de facto, a nossa conversa encontrou nas nossas recordações de Coimbra a figura extraordinária de mestre António Augusto Gonçalves — esse velho, de cabelo alva, olhar limpo e sorriso ingénuo de criança bondosa, que nos acompanhara, há tempos, através do museu Machado de Castro, que as suas mãos dífanas ergueram, à custa de trabalhos extenuantes, de lutas titânicas contra o Estado e contra a Igreja.

António Augusto Gonçalves — dizia-nos ontem o sr. Alberto Sousa — é uma figura indispensável em Coimbra. Querido de toda a gente, de ricos e de pobres, é entre os últimos que melhor se sente. Os operários muito tem aproveitado dos conselhos criteriosos, que ele dá, com carinho, sem ferir a ignorância de cada um, contando a propósito de tudo uma das suas anedotas, que, provocando o riso, ensinam; que trazem no meio da sua alegria, sa- uma lição proveitosa.

O mestre António Gonçalves tem levado uma vida inteira de trabalho dedicado à Arte, à Beleza. As indústrias artísticas, em Coimbra, tem lucrado imenso com os seus ensinamentos. Já algumas exposições de trabalhos em ferro e em madeira se tem realizado em Lisboa.

«A elas acorreram os operários de Coimbra, os discípulos de António Gonçalves. Esses trabalhos que receberam o aplauso dos apreciadores são, directa ou indirectamente, obra do mestre Gonçalves».

«Foi ele quem restaurou a Sé Velha de Coimbra e a igreja românica de S. Tiago, quem organizou o museu Ma-

chado de Castro, quem criou a Escola Livre das Artes de Desenho».

«Tudo isto — que digo eu? — só a restauração da Sé Velha bastaria para consagrá-lo».

A glorificação de Silva Porto — Quanto ganharia o desgraçado pintor se fôsse vivo

O sr. Alberto Sousa calou-se. Ficámos silenciosos por alguns momentos, entregues às nossas recordações. O jornalista tornou a ver aquele velho simpático, naquele dia de sol, cá fora, no pátio, à saída do museu Machado de Castro, que as suas mãos dífanas ergueram, à custa de trabalhos extenuantes, de lutas titânicas contra o Estado e contra a Igreja.

«Imagine-me caro — que o celebre quadro *Condição do rebanho*, que Silva Porto vendeu numa exposição do Grémio por uns míseros oito centos mil reis, atingiu no leilão Ameal a cifra de 29 contos! Um outro quadro, o *Estábulo*, que o desgraçado pintor tinha vendido por 600\$000, hoje agora adquire por 14 contos!»

«Ingrata profissão — murmurámos — acrescentou o aquarelista. — Hoje, em relação a esse tempo, o artista tem muito mais probabilidades de triunfar. Já existem compradores e apreciadores».

«E ao leilão Ameal acorreram muitos apreciadores, havia gosto nas escolhas? — interrogámos nós».

«Havia já uma quantidade apreciável de pessoas de bom gosto, de apaixonados pelas coisas belas. Mas encontrava-se também muito snob e muito negociante».

O Estado chega sempre tarde — O leilão Ameal contribuiu imenso para o desenvolvimento do bom gosto em Portugal

«E o Estado, que tal se portou o Estado?»

«Sempre o mesmo — respondeu Alberto Sousa com um pequeno riso de troça. — Votou um crédito para aquisição de obras de arte depois do leilão ter terminado».

«Foi a tempo... — comentámos. — Não foi a tempo mas salvou o director do museu Grão Vasco, de Viseu, que comprou para o Estado, sob a sua responsabilidade, alguns objectos artísticos de valor. Só o mestre António Gonçalves, desatrevendo da acção do Estado, não se atreveu a arrostar com tam grande encargo. No entanto alguns compradores e amigos do grande artista adquiriram alguns trabalhos e ofereceram-nos no museu Machado de Castro. Mestre Gonçalves não cabia em si de content».

«O sr. Honório de Lima, industrial do Porto, que naquele leilão deixou cerca de sessenta contos, comprou por nova uma obra de Columbano — *Um soldado que lutou* — e ofereceu-a ao museu».

«A arte realmente vai despertando grande interesse — disse Alberto de Sousa entusiasmadamente — Os nossos quarenta primitivos, século XVI, valorizam-se, venderam-se todos; a falanga portuguesa, tam nossa, tam característica, que a despeito dos brados do facileiro crítico José Queiroz, não merecia o apêdo dos nossos oleccionadores, despertou vivo entusiasmo e vendeu-se bem; o museu de Viana, as Câmaras de Coimbra e de Lisboa fizeram boas aquisições».

«Estou satisfíssimo com este crescer do amor pelas obras de arte, principalmente pela arte portuguesa».

«Então foi útil o leilão Ameal...»

Muito útil, pelo menos contribuiu imenso para o aperfeiçoamento do gosto português que tam estragado estava.

M. D.

Bairros Sociais

Um perigo para a cidade

As «démarches» da comissão de melhoramentos do Sindicato e sub-comissão do pessoal

Reiniciamos, na sede do Sindicato Único da Construção Civil, o pessoal operário dos bairros sociais, que tomou conhecimento das «démarches» efectuadas pela comissão de melhoramentos no sentido de estabelecer o empréstimo de mil contos aos Bairros Sociais.

Também tomou conhecimento de que a comissão conseguiu sustar o despedimento dos operários do ministério do Comércio. Apreciou-se a nota oficiosa do Sindicato, publicada na imprensa, sobre a reintegração do engenheiro sr. Inácio Pimental, na qual se declarava que o pessoal operário, em contrário do que afirmou o ministro do Trabalho, não se opõe à reintegração do sr. Pimental.

Falaram sobre estes assuntos, vários camaradas, sendo aprovada a seguinte moção:

«Os operários dos Bairros Sociais, sendo-lhes indiferente as nomeações dos Conselhos de Administração ou os seus presidentes, tanto mais que nunca foram convidados para se pronunciarem, declaram desinteressar-se da reintegração do sr. Pimental ou qualquer outra individualidade, e simplesmente declaram mais o seu propósito de defender os seus interesses morais e profissionais junto de quem que quer seja que exerça aquelas funções».

Também a comissão de melhoramentos tem continuado a tratar de outros assuntos e resolveu convidar o sr. Raul Castela a vir até ao dia 11, à sede do Sindicato, prestar uns esclarecimentos a propósito dumhas frases que proferiu quando desceu as escadas da sede sindical.

Grupo de Barbeiros Amigos do Bem

Reúne hoje, pelas 21 horas, para apreciar um officio dimanado da União dos Grupos de Barbeiros.

No Congresso de Lille

Vota-se, quasi sem discussão, o relatório moral da C. G. T.

Os maioritários obtêm 1556 votos contra 1348

Foi Lavielle quem pronunciou o primeiro discurso em defesa do relatório moral da C. G. T. Combatendo as teorias de Moscúvia, Lavielle esboçou o grande plano de acção do socialismo reconstrutor que deve inspirar a acção corporativa do sindicalismo francês.

Bordaria, disse ele, não pretendemos subordinar a acção operária sindicalista a qualquer partido político, mas concorrer para a realização do mesmo ideal no terreno económico e corporativo, enquanto outros lutarão na arena política e parlamentar.

«E verdadeiramente reconfortante a exposição corajosa da necessidade dumha acção cotidiana para se melhorar a situação do proletariado, sem abandonar a finalidade das reivindicações operárias: a transformação do modo de produção e da repartição das riquezas».

A luta corporativa é o acto revolucionário de todos os dias.

Racamond, da Alimentação, combateu o relatório da C. G. T., porque nele se mostrava que o Conselho Confederal não queria voltar ao sindicalismo dos outros tempos. Fez a apologia das discussões entre os sindicalistas, que permitiram que ao congresso assistissem mais delegados do que nunca.

Como do lado dos maioritários lhe observassem que os efectivos estavam diminuindo, Racamond respondeu-lhes que a culpa só a eles pertencia, porque fizeram crer às massas que bastava conversar com os governantes para se obter a satisfação imediata daquilo que se desejava, e por este modo convenciam-nos da inutilidade da nossa organização. Em seguida, atacou o *Bureau* Internacional de Trabalho, órgão de colaboração de classes.

No nosso relatório moral, disse ele, defendei a ideia que nos devemos sindicalizar não só para defendermos os interesses da classe operária mas também para defendermos o interesse geral do país. E por isso que votaremos contra ele».

Chevaline protestou contra a acusação de colaboração de classes:

«Constatamos que aqueles que protestam contra a colaboração de classes da C. G. T. são aqueles que na sua organização fazem a pior das colaborações com os poderes públicos».

Lavielle voltou novamente a falar para responder à afirmação de Racamond, que queria opor o interesse da classe operária ao interesse geral do país.

«Enganaste-vos, disse ele dirigindo-se aos maioritários, quando nos prometestes a revolução para amanhã, e a vossa oposição não é senão uma oposição de pessoas. Mas é preciso que a minoria diga, se tenciona sujeitar-se ao programa da maioria. Se ela não quiser, ter-se-á então a coragem de adoptar as medidas necessárias que permitam a C. G. T. a sua livre acção».

Depois de Guerra de Brest ter feito um apelo à disciplina sindical, e atacado os minoritários foi encerrada a sessão.

Terceira sessão

O primeiro a tomar a palavra na 3.ª sessão do congresso confederal foi Le Gueunie, que censurou aos minoritários

as injúrias que dirigem ao Conselho Confederal.

«E preciso obter melhoria de situação para o proletariado», disse ele, sem acrescentar quais os meios de que se devem servir os sindicalistas para conseguirem arrancar qualquer coisa ao patronato.

Em seguida iniciou-se um debate sobre orientação sindicalista, começando por falar o minoritário Tenlède.

«E preciso saber, disse ele, se o sindicalismo tem por base um entendimento entre o capital e o trabalho».

Depois, passando à questão internacional, declarou:

«Se Moscúvia aceitasse a autonomia sindical, aderiríamos a ela, porque devemos ir para uma Internacional revolucionária».

Depois falou Jacquemin, de Murthe-et-Moselle, sem orientação definida, que se pronunciou contra todas as exclusões, mesmo contra aquelas feitas em nome da disciplina sindical.

Defendeu o sindicalismo de antes da guerra, o que lhe valeu ser aplaudido pelos minoritários, mas em seguida, declarando-se pela Internacional de Amsterdão, por desconfinança para com todos os partidos políticos, foi vivamente aclamado pelos maioritários.

«Sou inimigo do Conselho Internacional de Trabalho, acrescentou ele, e se for preciso uma acção mais energética, não se deve exilar em descer à rua».

Judicelli, dos marítimos, declarou logo de entrada que ia dizer verdades duras aos minoritários.

«Vós não sabeis, minoritários, se desejais a ascensão; queiris ir para Moscúvia, porque não tendes amor-próprio, e sois loucos».

«Não queiris aderir a Moscúvia, se não encontrardes ali a vossa autonomia, mas se esta vos for concedida, fá-lo-heis, assim o dizeis?»

«Vós ideis para a prisão, minoritários, para arranjardes diplomas».

Lénine e Trotski pedem em a aos capitalistas, nos tempos pois o direito de nos encontrarmos com eles em Genebra».

Quando Judicelli desceu da tribuna, os maioritários, que não desejam que os insultem, cobriram-no de aplausos.

Troquer, de Eure, minoritário, pronunciou-se contra Amsterdão, que se inspira nos partidos socialistas.

«O conselho confederal não tem que falar em autonomia, porque para a nacionalização fez um apelo a Paul-Boncour, Alberto Thomas e aos parlamentaristas, destruindo assim a independência da defesa sindicalista e proletária».

Em seguida, quasi sem discussão procedeu-se à votação do relatório moral da C. G. T.

Depois da rectificação, a comissão de verificação reconheceu a existência de 2950 mandatos, isto é, mais 800 do que no Congresso de Orleans.

Os maioritários obtiveram 1556 votos contra 1348 dos minoritários e mais 46 abstensões.

Majoritários e minoritários no final aplaudiram entusiasticamente o resultado da votação, considerando-a esta últimos, apesar de tudo, como «a vitória para si».

